



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: 0009255-74.2016.8.26.0566
 Classe - Assunto: Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado
 Documento de Origem: OF, CF, IP-Flagr. - 1392/2016 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 2901/2016 - 5º Distrito Policial de São Carlos, 295/2016 - 5º Distrito Policial de São Carlos
 Autor: Justiça Pública
 Réu: CARLOS ALBERTO GHIDINI JUNIOR

Réu Preso

Aos 24 de outubro de 2016, às 16:00h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como do réu **CARLOS ALBERTO GHIDINI JUNIOR**, devidamente escoltado, acompanhado do defensor, Dr. Ulisses Mendonça Cavalcanti. Iniciados os trabalhos foram inquiridas a vítima Alexandre Wilks Moreno Morello, as testemunhas de acusação Adilson Aparecido Sabino, Ana Benedita Schirato da Silva e João Victor Cecelotti de Souza, sendo o réu interrogado ao final, tudo em termos apartados. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: O réu foi denunciado como incurso na sanção do artigo 155, § 4º, incisos I e IV do CP uma vez que no dia indicado na denúncia, mediante rompimento e obstáculo, juntamente com mais um elemento não identificado subtraiu os bens indicados na peça acusatória. A ação penal é procedente. As testemunhas Ana disse que flagrou a ação dos agentes; disse ter visto o veículo Spin na frente da casa e foi até lá, quando surpreendeu o réu no interior do veículo e que imediatamente um outro saiu de dentro da casa trazendo uma caixa; esta testemunha disse que a polícia foi acionada; disse também que na delegacia de polícia foram lhe mostradas algumas fotos e ela reconheceu a do réu; pessoalmente, ainda na delegacia de polícia, voltou a reconhecer o réu como a pessoa que estava dentro do veículo Spin; em juízo, tornou a reconhecer o réu pessoalmente, sem qualquer margem de dúvida. A testemunha João disse que também foi até o local e viu o réu dirigindo o carro e saindo do local; também na delegacia reconheceu pessoalmente o réu como aquele que dirigia o veículo e em juízo tornou a fazer esse reconhecimento. Como se vê, embora a res furtiva não tenha sido apreendido em favor do réu, há o reconhecimento pessoal e com segurança feito por duas testemunhas, tanto na polícia como em juízo. Este quadro é suficiente para se responsabilizar o réu. O laudo confirma o rompimento de obstáculo nos locais indicados pela vítima como os que foram arrombados no dia indicado na denúncia. A vítima disse que de lá foram subtraídas filmadoras. Isto posto, requeiro a condenação do réu nos termos da denúncia. Como é tecnicamente primário não me oponho a que a pena privativa de liberdade seja substituída por pena restritiva de direito, nos termos do artigo 44 do CP. Embora seja tecnicamente primário e a res furtiva não seja superior a um salário mínimo, não parece adequado a aplicação do benefício do furto privilegiado. Nesse caso a personalidade do réu indica que simples pena de multa não seria suficiente para a prevenção e reprovação ao crime, uma vez que atualmente ele é réu em mais dois outros processos também por furto, o que denota personalidade voltada ao patrimônio alheio. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: O acusado, nega peremptoriamente a sua participação no crime que lhe é imputado. No dia dos fatos se encontrava em uma chácara de um amigo, tendo na parte da manhã permanecido em sua casa, e somente na hora do almoço é que



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

seus amigos vieram chama-lo para passar a tarde tomando banho de piscina. Quando encontrava-se na chácara, chegou a viatura da polícia militar tendo um dos policiais que o conhecia, feito a abordagem em seu veículo, que não era o mesmo Spin preto que fora objeto de fuga dos roubadores; mesmo assim o acusado foi levado para a delegacia, a fim de prestar depoimento á autoridade policial. Nesse depoimento, negou sua participação, e foi reconhecido por uma testemunha vizinha da residência furtada. Motivo este que deu ensejo ao delegado de plantão preparar o flagrante e conduzi-lo para a carceragem da cadeia pública de São Carlos. O réu é tecnicamente primário, tem residência fixa, à época dos fatos era menor de 21 anos e bons antecedentes, motivo pelo qual a Defesa roga por sua absolvição; em assim não entendendo, que seja aplicada a pena mínima legal, em regime aberto; em assim o fazendo estará distribuindo Justiça. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. CARLOS ALBERTO GHIDINI JUNIOR**, RG 42.421.671, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, § 4º, incisos I e IV, c.c. o art. 29, ambos do Código Penal, porque no dia 11 de setembro de 2016, por volta das 17:23h, na residência situada na rua Natalina Pizanielo Cassim nº 336, nesta cidade, o acusado, juntamente com mais dois outros elementos não identificados, estando todos unidos pelo mesmo liame subjetivo, mediante rompimento de obstáculo, subtraíram para eles duas filmadoras de marca Sony, avaliadas em R\$ 320,00, de propriedade da vítima Alexandre Wilks Moreno Morello. Segundo foi apurado, na ocasião, o denunciado e mais dois elementos não identificados foram até o local do furto, estando os três ocupando um veículo Spim, cor preta, o qual era dirigido pelo réu. No local, na casa da vítima, um dos elementos arrombou o portão social e duas portas, uma delas da cozinha, e entrou na residência, de onde subtraiu as duas filmadoras; em seguida, este elemento foi até o carro e os três saíram do local, estando o denunciado no volante do veículo usado na fuga. O denunciado participou do furto, pois, levou o comparsa até a residência da vítima, ficou dentro do veículo para vigiar o local e em seguida deu fuga a eles, dirigindo o carro. Vizinhos viram a ação dos elementos. A polícia militar foi acionada, com a informação de que os autores do crime estariam em uma casa situada na rua Silas Silva Rosa nº 1071; naquele local, os policiais encontraram o denunciado e mais dois elementos. Todavia, somente o denunciado Carlos Alberto foi reconhecido pelos vizinhos, como um dos elementos que participou do furto, motivo pelo qual ele foi preso em flagrante. A res furtiva não foi encontrada. O réu foi preso em flagrante sendo a prisão do mesmo convertida em prisão preventiva (pg. 28). Recebida a denúncia (pg. 96), o réu foi citado (pg. 154) e respondeu a acusação através de seu defensor (pgs. 110/114). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas uma vítima e três testemunhas de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação nos termos da denúncia e a Defesa requereu a absolvição negando a autoria e afirmando a insuficiência de provas. **É o relatório. DECIDO.** A vítima, que já tinha sofrido furto em sua residência uma semana antes, naquele dia, ao deixar o seu imóvel para ir a uma igreja, solicitou a um vizinho que ficasse atento com a situação do seu imóvel. Foi assim que a sogra do vizinho, Ana Benedita, ouviu o barulho e indo verificar viu um veículo GM Spin Preto parado na frente da casa da vítima e indo até lá constatou que portões estavam arrombados e viu um elemento saindo do imóvel com uma caixa e entrar na Spin que desapareceu com rapidez. Esta testemunha acabou reconhecendo o réu como sendo a pessoa que estava ao volante do carro que deixou o local. Outra testemunha que também estava na casa vizinha, João Victor, disse ter presenciado a saída do mesmo carro e também reconheceu o réu. Este foi localizado porque o policial Adilson Aparecido Sabino, ao ouvir a descrição dada pelas testemunhas, entendeu que se tratava do réu e exibiu foto do mesmo para as testemunhas, que confirmaram ser ele um dos ladrões. O réu foi localizado horas depois em uma chácara em companhia de dois menores e não estava com o veículo que foi declinado pelas testemunhas. Chama a atenção do julgador o fato declarado pelas testemunhas, especialmente Ana Benedita, que teria anotado a placa do carro que se evadiu e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

fornecido aos policiais. Tal informação não consta em nenhuma peça do inquérito, nem mesmo do boletim de ocorrência, o que é de se estranhar. Até colher a prova produzida nesta audiência este magistrado achava que o réu foi localizado na posse do veículo declarado pelas testemunhas. Isto não aconteceu. De fato o réu é pessoa envolvida em furtos em residências e é bem conhecido nos meios policiais. Foi o policial Adilson que desconfiou que seria o réu um dos ladrões justamente por se dedicar à prática de furtos em residências e deliberou mostrar a foto dele para as testemunhas. As coisas furtadas não foram localizadas. Tampouco o veículo informado. A polícia sequer fez pesquisa na tentativa de se chegar ao veículo. Aliás, como já afirmei, sequer consta do inquérito a placa que teria sido anotada por uma das testemunhas. Assim não é possível ligar o réu com o carro citado. A ausência de apreensão de bem furtado com ele também afasta indício da autoria. Esta é afirmada com base exclusivamente no reconhecimento do mesmo feito pelas testemunhas ouvidas. É oportuno dizer que as testemunhas viram a pessoa que reconheceram como sendo o réu dentro de um carro de cor escura. Apenas uma das testemunhas foi quem se aproximou do veículo, mas estava com sua atenção voltada para o imóvel que viu arrombado e depois constatou a saída de dentro dele de um dos ladrões. Por conseguinte, deve ter visto de relance a pessoa que estava dentro do carro e é certo que tinha da mesma a visibilidade parcial do corpo, quando muito do ombro para cima. A outra testemunha, que estava bem mais distante, avistou o carro quando ele já estava se evadindo e pôde ver apenas o rosto do motorista. Diante desse quadro, entendo que o reconhecimento feito pelas testemunhas e da forma como o mesmo aconteceu, pode levar a equívocos, além da possibilidade de ter havido alguma indução por parte do policial. Volto a dizer, o réu não foi encontrado porque foi localizado o veículo que estaria no local do furto, e sim por ser pessoa conhecida do policial. Pode ser que o réu seja de fato um dos ladrões que praticaram o furto, especialmente porque se trata de pessoa que vem se dedicando a esta atividade criminosa, fazendo dela o seu meio de vida e isto já vem desde a sua menoridade. Mas diante do que foi produzido no processo sobressai a dúvida se realmente era ele o ladrão. Não é possível fazer esta afirmação sem que sobressaia parcela de dúvida. Uma condenação exige certeza. A dúvida, por pequena que seja, leva à absolvição. E em decorrência disto o réu acaba se livrando de mais uma acusação. Mas se continuar perfilando pelo caminho que até aqui escolheu certamente em data próxima não terá a mesma sorte. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE A DENÚNCIA e ABSOLVO o réu CARLOS ALBERTO GHIDINI JÚNIOR**, com fundamento no artigo 386, VII, do CPP. Em razão deste resultado, expeça-se alvará de soltura. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. **NADA MAIS.** Eu, CASSIA MARIA MOZANER ROMANO, Oficial Maior, digitei e subscrevi.

MM. JUIZ:

MP:

DEFENSOR:

RÉU: